

SERVIÇO SOCIAL NA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA: A BUSCA POR UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA DIANTE SEQUELAS PÓS-PANDÊMICA.

Carlos Matheus Matos Santos dos Santos¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo dialogar a respeito das expressões da questão social no contexto da educação, e sua recente conexão com o Serviço Social pela Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Em seguida, busca-se relatar a perspectiva de autores que contribuem para a reflexão acerca da contribuição crítica da profissão nessa área. Com isso, aprofundar-se na temática perante a pandemia do COVID-19 e como afetou a vida de estudantes, em sua maioria, de baixa renda que não tiveram oportunidade de manter os estudos de forma online. Assim, descrever diferentes políticas públicas que promovem uma educação mais inclusiva, e os embates existentes nos espaços socioeducativos. Por fim, relatar uma experiência realizada na Escola de Aplicação da UFPA (Universidade Federal do Pará), e compreender atentamente o trabalho do(a) Assistente Social diante contradições sociais, principalmente, pelo olhar mais crítico que esse profissional tem na sociedade.

Palavras-chave: Serviço Social; COVID-19; Política Pública; Educação.

Abstract: The present work aims to discuss the expressions of the social issue in the context of education, and its recent connection with Social Service by Law No. 13,935, of December 11, 2019. Next, we seek to report the perspective of authors that contribute to reflection on the critical contribution of the profession in this area. With this, delve deeper into the topic regarding the COVID-19 pandemic and how it affected the lives of students, mostly low-income students who did not have the opportunity to continue their studies online. Thus, describe different public policies that promote more inclusive education, and the conflicts that exist in socio-educational spaces. Finally, report an experience carried out at the Escola de Aplicação at UFPA (Federal University of Pará), and carefully understand the work of Social Workers in the face of social contradictions, mainly through the more critical view that this professional has on society.

Keywords: Social Work; COVID-19; Public Policy; Education.

INTRODUÇÃO

Em termos de educação acessível, o(a) assistente social participa das lutas para que os indivíduos que compõem o corpo social obtenham seus direitos e, conseqüentemente, adquira o mínimo para o seu subsídio diário, seja através de benefícios, programas e habitação. Entretanto, os espaços de educação são locais que estão, também, sujeitos a exclusão e

¹ Estudante de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará — UFPA. E-mail: carlosmatos.matheus1@gmail.com

propagação de violência ora por negligência, LGBTfobia, racismo entre outros diversos preconceitos. Assim, existe o contexto social no qual crianças encontram-se na necessidade de ajudar sua família na renda familiar, e isso em especial agravou de forma exorbitante na pandemia, o percentual de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil no Brasil aumentou de 4,5% em 2019 para 4,9% em 2022, indicou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Com essa realidade avançando, a preocupação das consequências dessas crianças expostas ao perigo diário ganha mais viabilidade e a necessidade de um profissional que dialogue com esses sujeitos é primordial. Com isso, o(a) assistente social desenvolve um olhar crítico à essas expressões da questão social e busca manusear os seus instrumentos para promover um diálogo acessível e comunicativo. Embora não seja restrito a esse profissional lidar com as desigualdades, tampouco apenas ele cooperar com as demandas que surgem, fica evidente que o Serviço Social é uma área que se propõe a fazer um olhar mais crítico e humanizado com os(as) usuários, visando entender sua real situação e depois intervir.

Assim, é importante a ênfase das políticas públicas para ser um forte instrumento do(a) assistente social no momento que for intervir às demandas, principalmente, para ter o que viabilizar ao usuário no momento de seu trabalho. Para exemplificar, é registrado o relatório realizado pelo autor sobre o trabalho desse profissional na Escola de Aplicação da UFPA (Universidade Federal do Pará), e a importância do olhar crítico às demandas sociais, contribuindo de forma individual e sem generalizar os casos.

LUTA PELA DESMISTIFICAÇÃO DO TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA SOCIEDADE.

Atualmente, o Serviço Social continua sendo interpretado, principalmente na sociedade, como um aparelho assistencialista que trabalha em função da filantropia² e a luta pelo contrário faz-se frequente, porque a sua participação no corpo social e em outras dimensões são de extrema importância, suas opiniões e atribuições trabalham positivamente como modelo crítico

² Qualquer atividade destinada aos “pobres”, “carentes”, “desvalidos”, foi sendo associada à assistência social, mesmo sendo atividade ou ações exclusivas das áreas específicas como saúde (leitos em hospitais, tratamentos de saúde gratuitos, órteses e próteses, etc.) e educação (bolsas de estudo, creches, reforço escolar). (Gonçalves; De Paiva, p. 166, 2017)

estrutural de um país que almeja o seu desenvolvimento, e quando destacamos os espaços de educação e ensino, são estes os responsáveis pelo protagonismo da participação e conexão com os indivíduos no quesito viabilizar direitos e guiá-los na busca benefícios do Estado.

Desde 1993, com a formação do Código de Ética Profissional do Serviço Social, o(a) profissional tem esse modelo como molde para exercer suas atribuições, e para trabalhar no estímulo da ampliação de seus espaços de trabalho. Por isso, nas escolas não são diferentes, pois continua sendo um local que o(a) assistente social consegue desenvolver suas habilidades e ter mais conhecimento das expressões da questão social, desde pauperismo, a opressões e preconceitos, e além disso, produzir os seus estudos de casos, que mostraram ser de suma importância para a não precipitação em casos que pareçam superficiais, e a produção de um diagnóstico social para monitorar estudantes que estejam a passar por dificuldades na escola, ou, evitar evasão escolar.

Recentemente, a Lei 13.395/2019 tornou como obrigatoriedade a presença dos profissionais de Serviço Social e de Psicologia na educação básica, após mais de 10 (dez) anos na luta pela sua validação. Assim, por se tratar de um acontecimento atual, esses espaços são considerados novos para os profissionais, sendo necessário o debate para a desmistificação de muitas conclusões precipitadas, ou seja, estudos e pesquisas que envolvam os(as) usuários desses ambientes para obterem mais informações faz-se essencial para inovar os instrumentos para lidar com eles, pois cada espaço de atuação necessita de um método para atendê-los, pois não tem como abordar um usuário de um ambiente escolar da mesma forma que lida com um usuário em locais voltados à saúde, assistência social, habitação, dentre outras.

Segundo Dentz *et al.* (2015, p. 7-31), fica evidente a importância dos assistentes sociais em ambientes escolares, e o cuidado em tratar os casos mais particulares:

Estudos ressaltam a inserção do assistente social em escolas por volta de 1906, fato ocorrido nos EUA, de modo que esses profissionais nos centros sociais eram designados a fazer visitas as crianças que não compareciam nas instituições de ensino afim de descobrir o real motivo, ou seja verificavam a evasão escolar. Esses profissionais tratavam a problemática de maneira isolada, trabalhando cada questão em pontos distintos, a criança, a instituição e a família, afirmando que um não interferia o outro.

Além disto, em um contexto latino-americano, a inserção do serviço social foi tardia, a busca do Estado por soluções de apaziguar a sociedade foi vista nesse campo, uma vez que o controle social era o foco inicial. Entretanto, após o congresso da virada, em busca do Serviço

Social de se desconectar com o conservadorismo, acabou-se por almejar um campo crítico, que luta a favor das minorias. Assim, quando destacamos a educação como um direito regido por lei, entra a contradição da ausência de todos(as) ao acessá-lo, tendo em vista a exclusão socioespacial que diversas pessoas sofrem, pela falta de oportunidade, entre outros.

COMPREENDENDO OS DETERMINANTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO.

Os espaços de educação enfrentam desafios muito antigos, principalmente, por ser um local que em boa parte das situações são problemas trazidos por estudantes cheios de receios e particularidades. Por esse ângulo, nota-se a necessidade de não generalizar esses casos, para que futuramente, possam analisar suas habilidades especiais, e entender a si e fugir das estatísticas, ou seja, escapar da realidade que muitos sofrem: marginalização, evasão escolar, possível bullying, pedofilia, drogas (uso abusivo, tráfico, exposição), violência entre outros casos que necessitam a inserção de profissionais capacitados para instruir e encaminhar esses crianças/jovens para apoio, ou, qualquer outro tratamento que for julgado melhor. Para que esses diagnósticos sejam feitos, desde escola à família ou estudante, é imprescindível um agente facilitador, que coopera também com a realidade dos alunos, sendo um profissional que produza um local confiante para que o retorno seja positivo.

Por essa perspectiva, a lei 12.101, promulgada em 27 de novembro de 2009, produziu novidades ao trabalho e à estrutura institucional das organizações beneficentes, ora no nexo da assistência social, ora em relação às demais áreas como políticas, saúde e educação. O artigo primeiro consta:

A certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta Lei. (Brasil, 2009)

De acordo com Silva (2010, p. 3), o Serviço Social faz presente no contexto escolar como resultado da união de uma mazela, mas ainda por necessidade face ao contexto social, político e econômico atual. Assim, a presença do assistente social em locais escolares facilita, sobretudo os filhos de famílias mais carentes, e mesmo a estas, ao acesso aos serviços sociais e assistenciais,

através de programas, informações e encaminhamentos realizados a partir da própria instituição que são frequentadas.

O trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais não se confunde ao dos educadores. Em que pese a dimensão socioeducativa de suas ações, sua inserção tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos socioinstitucionais. (Almeida, 2000, n.p.).

Legalmente, o conceito de educação prática é focado em um desenvolvimento positivo e perseverante na vida dos discentes, uma vez que o processo tenha como foco um instrumento acessível e almeja a equiparação, para obter consciência de que existem disparidades na sociedade. Por isso, a dinâmica deve ser capaz de visualizar a sociedade em um contexto crítico, eficaz, que detenha princípios críticos para que possam fornecer educação especial àqueles que mais necessitam. Essa busca por uma educação que inclua as diversidades é o desafio atual, de profissionais que cooperem com os professores, coordenadores e etc., para achar soluções pedagógicas no auxílio aos demais, visando todos que precisam de cuidados, atenções e acolhimentos. Como consta a Lei 8069/90:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Brasil, 1990)

Em outras palavras, não fica restrito aos profissionais da educação lidar com as divergências sociais, tendo em vista que ao consagrar esses princípios, pois o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reflete a respeito do reconhecimento da importância de um apoio coletivo e governamental para a construção de um corpo social que visa o equilíbrio equitativo.

OS EMBATES DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA.

Com a pandemia do COVID-19, medidas emergenciais foram necessárias para amenizar os desafios que com ela se intensificaram, assim como a desigualdade social estrutural, que foi aprofundada pelo crescimento do ultra neoliberalismo e pelo neofascismo no Brasil. A crise sanitária provocada pelo novo coronavírus impactou profundamente a sociedade em vários

aspectos, exigindo adaptações e soluções em áreas como saúde, trabalho, economia, educação, segurança, entre outras. No âmbito educacional, as desigualdades entre as redes públicas de ensino e o segmento privado ficaram ainda mais evidentes. (Degenszajn *et al.*, p. 160, 2021)

A necessidade de manter o distanciamento social para conter a disseminação da doença levou à suspensão das atividades presenciais nas escolas, universidades e demais instituições de ensino, afetando o processo de aprendizagem de milhões de estudantes de todas as idades e níveis de escolaridade de forma inédita dando palco para o ensino remoto — que intensificou a sua existência nesse período (Andrade; Cavaignac, p. 66, 2022). A educação é uma das áreas de atuação do Serviço Social que enfrenta muitos desafios para garantir o pleno exercício da profissão e a efetivação dos direitos sociais e educacionais. Esses desafios se intensificaram com a pandemia do COVID-19, que trouxe novas demandas e dificuldades para o trabalho do assistente social. Uma das principais questões que se evidenciou nesse contexto foi a exclusão digital de milhões de estudantes e suas famílias, que não possuem acesso à internet ou aos equipamentos necessários para acompanhar as atividades remotas³ propostas pelas escolas.

O Estado Brasileiro, no governo de Jair Bolsonaro, além da omissão e negligência para com a saúde coletiva, também negligenciou os problemas educacionais, deixando as instituições de ensino sem apoio e orientação para lidar com essa realidade complexa e desafiadora (...) para os primeiros cem dias, o governo Bolsonaro trouxe propostas de mudanças para todos os níveis da educação brasileira. Essas metas, no entanto, não coincidem com o plano programa apresentado no processo eleitoral (Cislighi, p. 3, 2019). As dificuldades da rede pública são enormes e envolveram não apenas a questão da conectividade, mas também a formação dos professores, a qualidade do material didático, a participação das famílias, a avaliação dos estudantes, etc.

Diante do cenário pandêmico, o ensino remoto tornou-se essencial para evitar um colapso na educação mundial. Tendo em vista o Brasil, um país onde segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), cerca de 1 em cada 4 brasileiros não têm acesso

³ O problema da promoção do ‘ensino remoto’ durante a pandemia, muitas vezes, deixou de lado qualquer posição crítica e todo um acervo acumulado no setor por décadas. Predominantemente, vimos o tema ser tratado sob o mesmo viés ideológico que reveste o progresso tecnológico no modo de produção capitalista, mencionado no início deste texto: o da neutralidade. Todo o contexto geral de mudanças na dinâmica da acumulação capitalista, e específico, de expansão indiscriminada no campo educacional, ficaram secundarizados ou ocultos. Irônica e tragicamente, essa falta de profundidade teórica e crítica é que dá o tom quando o assunto é o do retorno às atividades presenciais. (Minto, p. 144-145, 2021)

à internet, é possível prever a quão desafiadora se tornou a criação de medidas para superar a crise educacional instalada. Fato esse que exigiu dos professores a elaboração e adaptação a métodos de ensino para amenizar os impactos negativos à comunidade estudantil.

Segundo Andrade e Cavaignac (2022, p. 65)

As dificuldades de acesso à internet e às novas tecnologias de informação e comunicação contribuem para a ampliação das desigualdades sociais no presente e no futuro, afetando principalmente estudantes que se encontram em condições econômicas e sociais piores do que as de estudantes com acesso a tais tecnologias. Antes de relacionar essa problemática ao aumento das obrigações domésticas e familiares indicadas pelos estudantes pesquisados, importa destacar que estes estão em um curso composto majoritariamente por mulheres. De certa forma, apesar de as mulheres vivenciarem historicamente uma dupla jornada de trabalho, incluindo as atividades do trabalho profissional e as atividades familiares, em uma situação de isolamento social devido à pandemia, ambas passam a ocupar o mesmo espaço e, muitas vezes, sendo executadas ao mesmo tempo.

A partir da análise apresentada, pode-se compreender que o contexto de emergência sanitária causado pela pandemia do COVID-19 trouxe novos desafios e demandas para o serviço social na área da educação. Além de lidar com as expressões da questão social que já faziam parte do seu campo de atuação, o assistente social também teve que se adaptar à nova realidade da educação remota, buscando garantir o acesso e a permanência dos estudantes nas atividades pedagógicas online. Para isso, o profissional teve que utilizar novos recursos e estratégias, principalmente aqueles relacionados à tecnologia, como plataformas digitais, questionários eletrônicos, site institucional, e-mail e contato telefônico. Esses recursos foram importantes para manter a comunicação e o acompanhamento dos estudantes e suas famílias, bem como para identificar e encaminhar as demandas emergenciais.

ANÁLISE NA ESCOLA DE APLICAÇÃO DA UFPA: RELATANDO A PARTICIPAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO.

Ante o exposto, a crise sanitária da COVID-19 alastrou inúmeras disparidades sociais, sendo importante compreender as realidades das crianças e adolescentes nas unidades de ensino. Assim, foi realizada uma visita monitorada na data 28 de junho de 2023, na Escola de Aplicação da UFPA, localizada em Belém do Pará, que é uma escola pública responsável pela oferta de Educação Infantil, Ensino Fundamental de nove anos, Ensino Médio e Educação de

Jovens e Adultos, que conta com o apoio de enfermeiros, psicólogos, assistente social, entre outras formas de gestão que cooperam com a aprimoração educacional dos alunos. Com isso, fica explícito a conexão dessa instituição com ensinos superiores como, por exemplo, os sofisticados métodos de aprendizagem, pela estrutura, espaços educacionais e a preocupação com a saúde mental dos alunos, o que justifica a rara evasão escolar nesses locais. Além disso, a oportunidade de aprender 4 (quatro) idiomas, proporcionando ao estudante perspectivas que fogem do ambiente presente, mas sim, a buscar outras visões.

Retornando, a Lei 13.935/2019 foi implementada para garantir Psicólogo e Serviço Social nas escolas da rede pública e educação básica, como relatou a assistente social Maria do Socorro Freitas do Vale Guimarães, que durante a visita monitorada explicou o trabalho da sua profissão nesses espaços e os desafios para combater as desigualdades existentes. Em sequência, a profissional descreveu experiências e relatos de sua atuação dentro daquele espaço, e pontua a necessidade de sermos indivíduos que possam enxergar além da condição superficial da realidade. Para explicitar, a Socorro comenta o caso de uma criança que reproduzia assédio contra meninas da mesma idade, por volta dos 8 (oito) anos de idade. Após analisar essa situação, os profissionais decidiram investir e fazer uma visita domiciliar na casa dessa criança, e verificaram o espaço em que residia, perceberam que ele convivia com dois casais, sendo seu pai e mãe, tio e tia. Ou seja, concluíram que o menino ao ver os adultos em atos de reprodução sexual, repetia os mesmos gestos na escola, por aquele ambiente ser sexualizado e inferiorizar a mulher.

Tal situação poderia ter tomado um rumo diferente, ou simplesmente, sujeito a expulsão, porém a presença de profissionais que conseguem, através dos estudos, interpretar a linha social com mais precisão é de suma importância, para não produzir falsos diagnósticos sociais, e conseguir ampliar a melhoria da sociedade por intervir tal caso, e auxiliando os indivíduos. Com isso, a criança pôde receber um tratamento diferenciado, e modificar esses comportamentos, com o apoio do psicólogo, entender e guiá-lo para um caminho melhor.

Entretanto, um fator presente na Escola de Aplicação é a desigualdade dos estudantes, por ser uma instituição reconhecida pelo MEC (Ministério da Educação), e pela aproximação das universidades superiores com o ensino médio, acabam recebendo a inscrição de alunos não

apenas de classe média baixa e similar, mas de classe média alta, promovendo a disparidade no ensino, uma vez que as realidades não coincidem. Dentro desse cenário, professores Doutores e Mestres aprimoram suas modalidades pedagógicas para aproximar mais esses estudantes, para não haver conflitos e desigualdade, porém é um processo árduo.

Durante o período da pandemia de 2020 a 2022, a diferença de acesso às aulas de forma remota foi nítida a disparidade das classes nas aulas, muitos alunos que dependiam dos lares da Escola de Aplicação encontram-se sem recursos para acompanhar aqueles que obtêm dos meios para acessar a internet. Na mesma época, o governo paraense proporcionou tablets e recursos para que esses alunos pudessem ter condições de comparecer às aulas, mas não foi um processo fácil de controlar, houve muitas divergências e debates, o que ocasionou em reuniões para produzir estratégias a respeito disso.

Em uma perspectiva crítica, ao analisar critérios para aprovar os alunos, a prioridade deveria ser os inscritos com menos poder econômico, para promover o avanço daqueles que não obtêm dos meios financeiros, e assim, educar e conscientizar mais esses futuros universitários. Em destaque, um ponto positivo é a preocupação que a escola tem com as informações que chegam nos discentes, pela elaboração de meios contra as famosas *Fake News* e pela dedicação em impor a Lei 11.645 de 2008, onde é obrigatório o ensino sobre a cultura afro-brasileira e africana nas salas de aulas, para combater mais a estrutura racista que existe na sociedade, tendo em vista que o público alvo que se inscreve nos sorteios para acessar a escola são, majoritariamente, compostos por pessoas negras e pardos, e a localidade em si, é próxima de periferias.

Por fim, a descrição do CFESS de 2023 com relação aos anos de lutas do Serviço Social é de grande importância, pois consta as lutas que essa profissão teve para poder ingressar nas escolas, e a compreensão de que as expressões da questão social atravessam a realidade educacional, e que estudar é um privilégio, por familiares poderem abdicar da mão de obra para fornecer essa realidade aos filhos, (...) portanto, a relação dialógica entre a educação e o Serviço Social torna-se incontornável, uma vez que as expressões da questão social são estruturantes da própria lógica que orienta a constituição dos sistemas de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O(A) Assistente Social enfrenta desafios diários em sua área de trabalho, e no espaço escolar (...) pois se configura ainda como um campo a ser explorado e efetivado. Segundo Alves (2010, n.p.) as políticas implementadas não são suficientes para garantir uma atuação de qualidade que valorize as habilidades, competências e atribuições do Assistente Social. Ou seja, são diversas as demandas que o profissional em Serviço Social precisa se apropriar para intervir de forma eficaz.

A pós-pandemia provocou uma crise sem precedentes na educação mundial, afetando milhões de estudantes, professores e gestores. As formas de enfrentar essa situação variam de acordo com as condições históricas, sociais, políticas e econômicas de cada país e região. No Brasil, a pandemia escancarou as desigualdades educacionais que já existiam, mas que se agravaram com a necessidade de isolamento social e fechamento das escolas. Muitos estudantes da rede pública não têm acesso à tecnologia e à internet, que são recursos fundamentais para a realização de atividades pedagógicas remotas.

Em síntese, é de suma importância que o(a) Assistente Social produza os diálogos com os(as) usuários para continuar compreendendo as demandas, viabilizando os direitos que surgirem e se especializando para estudar a sociedade em si. Logo, o Serviço Social no ambiente socioeducacional enfrenta as mais diferentes dificuldades, ora no desenvolvimento de práticas de excelência no âmbito educacional, ora na busca por promoção à igualdade e à justiça social. (Alves, 2010, n.p.)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. *O Serviço Social na Educação*. In: *Revista Inscrita*. Nº 6 CFESS, 2000. p.19-24.

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; CAVIGNAC, Mônica Duarte. Serviço Social e universidade em tempos de ensino remoto emergencial. **Serviço Social & Sociedade**, p. 52-70, 2022.

ALVES, Ilza Maria Da Silva. Desafios E Possibilidades De Atuação Do Assistente Social: A Area Da Educação Como Espaço Sócio-Ocupacional. In: **XIII Congresso Brasileiro De Assistentes Sociais, 2010**. 2010.

CISLAGHI, Juliana Fiuza et al. Não é uma crise, é um projeto: a política de educação do governo Bolsonaro. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**. 2019.

DEGENSZAJN, Raquel Raichelis; PAZ, Rosângela Dias O. da; WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Por que precisamos falar de desigualdade?. **Serviço Social & Sociedade**, p. 157-163, 2021.

DENTZ, Marta Von; SILVA, Roberto Rafael. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan./mar. 2015

GONÇALVES, Priscila Ambrozio; DE PAIVA, Ariane Rego. Serviço social e instituições filantrópicas da assistência social: Novas requisições profissionais. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 1, n. 1, p. 162-178, 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). PNAD Contínua. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=38243> Acesso em: 8 de março de 2024.

MINTO, L. A PANDEMIA NA EDUCAÇÃO. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. p. 139-154, 30 jun. 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº12.101, de 27 de novembro de 2009**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12101.htm Acesso em: 06 de março de 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 2 de março de 2024.

Trabalho Infantil aumenta em 2022 e afeta 1,9 milhão no Brasil. Folha de São Paulo, 2023. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/12/trabalho-infantil-aumenta-em-2022-e-afeta-19-milhao-no-brasil.shtml#:~:text=Com%20o%20poss%C3%ADvel%20impacto%20da,Brasileiro%20de%20Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica.\)](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/12/trabalho-infantil-aumenta-em-2022-e-afeta-19-milhao-no-brasil.shtml#:~:text=Com%20o%20poss%C3%ADvel%20impacto%20da,Brasileiro%20de%20Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica.)) Acesso em: 8 de março de 2024.